



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 15 de março de 2024.

Ao
Sr. Herbert Correia Barros
Advogado do Município


Ref. Pregão Eletrônico nº 003/2024

Venho através deste encaminhar os seguintes documentos:

- Recursos Administrativos interpostos pela empresas: E.P.S Vigilância e Segurança Ltda e DVL Organizações de Eventos Ltda.
- Contrarrazões de Recursos apresentados pelas empresas: Cascavel Serviço de Segurança e Vigilância Ltda – ME e 3W Soluções e Serviços Ltda.

Diante da necessidade em dar continuidade ao processo licitatório já citado, solicito ao procurador do município que faça manifestação, através da emissão de seu parecer jurídico.

Segue dos documentos acima citados.


CLAUDINEI FERREIRA
Pregoeiro



Procuradoria do Município
Município de São José das Palmeiras



PARECER JURÍDICO

Assunto: Manifestação acerca de recursos apresentados pelas empresas DVL ORGANIZACOES DE EVENTOS LTDA e E.P.S. VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, bem como às contrarrazões oferecidas pelas empresas CASCAVEL SERVIÇO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA e 3W SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

Requerente: Departamento de Licitação

Pregão Eletrônico n.º: 003/2024

Data: 15 de março de 2024.

I – Síntese dos Fatos:

Retorna o caderno licitatório para análise jurídica de recursos apresentados pelas empresas DVL ORGANIZACOES DE EVENTOS LTDA e E.P.S. VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA., bem como às contrarrazões oferecidas pelas empresas CASCAVEL SERVIÇO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA e 3W SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

Inicialmente, a empresa DVL ORGANIZACOES DE EVENTOS LTDA. afirma que “a empresa 3W SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. merece ser desabilitada, tendo em vista que esta não prevê em seu objeto social a atividade de Brigadista de Incêndio e de Segurança Não Armada, e que não há comprovação de que tal empresa possua atividade compatível com o objeto licitado”.

Por outro lado, em contrarrazões, a empresa 3W SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. diz que “possui não apenas similaridade, mas também compatibilidade do ramo de atividade, pois no próprio CNAE há a tácita permissão de realização de eventos “incluindo ou não o fornecimento de pessoal para operar a infra-estrutura dos lugares onde ocorrem esses eventos”.

Ainda, constatou-se a apresentação de Recurso Administrativo da empresa E.P.S. VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA., a qual requer a desclassificação da empresa CASCAVEL SERVIÇO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, considerando que “não apresentou documentos exigidos no edital, especificamente a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, o alvará da Polícia Federal e a declaração da Secretaria de Segurança Pública”.

Por outra banda, em sede de contrarrazões, a empresa CASCAVEL SERVIÇO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA afirma que “o julgamento do pregoeiro foi objetivo e correto, pois a empresa teria apresentado os documentos previstos em edital”.

Pois bem. Em síntese estes são os fatos e fundamentos trazidos pelas empresas participantes, de modo que passarei a fundamentar o parecer pontualmente.

II – Do Recurso da DVL ORGANIZACOES DE EVENTOS LTDA. e Contrarrazões da 3W SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

Conforme já exposto, a empresa recorrente questiona a ausência de previsão no objeto social da recorrida dos serviços que são objeto da presente licitação.

Em sua defesa, a empresa Recorrida afirma que os serviços indicados são correlatos aos de “fornecimento de pessoal para operar a infra-estrutura dos lugares onde ocorrem esses eventos”.



Ora, é forçoso reconhecer que tal previsão não se adequa ao objeto licitatório, o qual trata do fornecimento de serviços de “segurança não armada e brigadista de incêndio”, pois a operação de infra-estrutura diz respeito à montagem, desmontagem e manutenção, com perdão da redundância, da estrutura fornecida.

Ora, o objeto licitatório diz respeito a salvaguarda preventiva e repressiva da segurança dos visitantes, em nenhum momento se menciona que tais profissionais ficarão responsáveis pela operação de infra-estrutura, portanto, tal afirmação mostra-se pouco crível.

Além disso, a licitação não diz onde tais serviços serão realizados, ainda que possam ser utilizados em eventos a ser promovidos pelo município.

Destaco que o CNAE é uma classificação usada com o objetivo de padronizar os códigos de identificação das unidades produtivas do país nos cadastros e registros da administração pública nas três esferas de governo, em especial na área tributária, contribuindo para a melhoria da qualidade dos sistemas de informação que dão suporte às decisões e ações do Estado, possibilitando, ainda, a maior articulação intersistemas. A definição e atualização das subclasses são atribuições da Subcomissão Técnica para a CNAE – Subclasses, organizada no âmbito da CONCLA, sob a coordenação de representante da Secretaria da Receita Federal e com a participação de representantes da administração tributária das esferas estadual e municipal e do IBGE.¹

Em face dessa orientação, tem-se que a CNAE é a classificação nacional de atividade econômica composta de dígitos, que descrevem qual é a atividade econômica prestada pela empresa.

Pois bem. Ao analisar atentamente o Edital 003/2024, este limita-se a afirmar no item 5.1.1:

5 - DA PARTICIPAÇÃO

5.1 - Poderão participar desta licitação empresas que:

5.1.1 - desempenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

De tal forma, mostra-se necessário pontuar que o Edital não prevê a obrigação/necessidade da empresa possuir um CNAE simetricamente alinhado ao objeto licitatório.

Digo isso, pois o TCE/PR, no ACÓRDÃO Nº 768/21 - Tribunal Pleno², já se manifestou sobre o tema, porém, compreendeu pela restrição da participação, caso o edital traga previsão específica, vejamos:

(...)

Por conseguinte, o CNAE exigido no certame não se mostra desarrazoado, o qual visa garantir a contratação de empresas que atuam no ramo de serviço exigido, qual seja locação de mão de obra temporária.

(...)

Portanto, nota-se que tal exigência pode ser prevista para garantir a qualidade dos serviços a serem prestados, porém, no caso em apreço, não existe previsão específica de CNAE no edital, mas apenas a indicação de “atividade pertinente e compatível”.

¹ O que é CNAE. Portal da Fazenda/PR. Disponível em: <<http://subcomissaoacnae.fazenda.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

² <https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2021/4/pdf/00356095.pdf>



De tal forma, mostra-se necessário trazer o posicionamento adotado pelo TCU, no julgamento do ACÓRDÃO Nº 42/2014 - TCU – Plenário³, o qual diz:

Considerando que diante do decidido no precedente Acórdão 1.203/2011 – Plenário, segundo o qual o Cnae não deveria, sozinho, constituir motivo para a inabilitação em processo licitatório, havendo outros meios de comprovação da compatibilidade do ramo de atuação da empresa com o objeto da licitação, a exemplo o contrato social, o Relator determinou a realização de diligência ao Senac/MG, com vistas à obtenção de cópia do contrato social da licitante vencedora da licitação, bem assim, objetivando o envio de outras informações.

Neste sentido, seguindo orientação proposta pelo TCU, ao analisar atentamente o Contrato Social trazido pela empresa 3W SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA., observa-se em sua Cláusula Segunda:

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica alterado o ramo de atividade para: Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; Atividades de limpeza; Serviços de pintura de edifícios; Instalação e manutenção elétrica; Atividades de apoio a empresas; Estacionamento de veículos; Comércio varejista de extintores, sob encomenda; Comércio varejista de peças e acessórios novos para veículos automotores, sob encomenda; Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho, sob encomenda.

Primeira Alteração

CLÁUSULA SEGUNDA: O objeto social da empresa é: Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; Atividades de limpeza; Serviços de pintura de edifícios; Instalação e manutenção elétrica; Atividades de apoio a empresas; Estacionamento de veículos; Comércio varejista de extintores, sob encomenda; Comércio varejista de peças e acessórios novos para veículos automotores, sob encomenda; Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho, sob encomenda.

Portanto, resta evidente que não existe atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, tanto na análise do CNAE, como também ao analisar o objeto social da empresa previsto em Contrato Social, razão pela qual compreendo que o Recurso Administrativo proposto pela empresa DVL ORGANIZACOES DE EVENTOS LTDA deve ser deferido, a fim de desabilitar a empresa 3W SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

III – Do Recurso da E.P.S. VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA e Contrarrazões da CASCABEL SERVIÇO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA

Também houve a apresentação de Recurso Administrativo da empresa E.P.S. VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA., a qual requer a desclassificação da empresa CASCABEL SERVIÇO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, considerando que “não apresentou documentos exigidos no edital, especificamente a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, o alvará da Polícia Federal e a declaração da Secretaria de Segurança Pública”.

Em contrapartida, a empresa CASCABEL SERVIÇO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA afirma que

³ <https://contas.tcu.gov.br/sisdoc/ObterDocumentoSisdoc?codVersao=editavel&codArqCatalogado=6973994>



Tal condição encontra-se prevista no item 13.28, vejamos:

13.28 - Autorização de Funcionamento em nome da licitante, concedida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por intermédio do Departamento de Polícia Federal, acompanhada da respectiva Revisão da Autorização de Funcionamento, quando for o caso (se a autorização tiver sido expedida há mais de 1 ano), com validade na data de apresentação das propostas.

Percebo que tal questionamento se mostra menos complexo, pois demandam apenas a conferência dos documentos que foram apresentados na fase de habilitação na página da BLI, conforme indicado no item 13.1.

Por se tratar de documentos da fase de habilitação, sua apresentação mostra-se obrigatória, ou seja, “conditio sine quo non” para participação do certame, em homenagem ao princípio da legalidade.

De tal forma, compreendo pela conversão do feito em diligência, a fim de que seja verificado no sistema se os documentos indicados no item 13.28 foram devidamente anexados.

Caso se constate que não estão anexados, compreendo que será necessário realizar a desabilitação da empresa CASCABEL SERVIÇO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, por outro lado, caso estejam devidamente juntados, mostra-se adequando o indeferimento do recurso administrativo.

IV – CONCLUSÃO:

Diante dos fundamentos expostos, esta procuradoria sugere as seguintes providências:

IV.I. Quanto ao Recurso da DVL ORGANIZACOES DE EVENTOS LTDA. e Contrarrazões da 3W SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

- a) Restou evidente que não existe atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, tanto na análise do CNAE, como também ao analisar o objeto social da empresa previsto em Contrato Social, razão pela qual compreendo que o Recurso Administrativo proposto pela empresa DVL ORGANIZACOES DE EVENTOS LTDA deve ser deferido, a fim de desabilitar a empresa 3W SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

IV.II. Quanto ao Recurso da E.P.S. VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA e Contrarrazões da CASCABEL SERVIÇO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA

- a) Compreendo pela conversão do feito em diligência, a fim de que seja verificado no sistema se os documentos indicados no item 13.28 foram devidamente anexados. Caso se constate que não estão anexados, será necessário realizar a desabilitação da empresa CASCABEL SERVIÇO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, por outro lado, caso estejam devidamente juntados, mostra-se adequando o indeferimento do recurso administrativo.

Este é o parecer. São José das Palmeiras, 15 de março de 2024.

HERBERT CORREA BARROS
OAB/PR n.º 51.127
PROCURADOR DO MUNICÍPIO

gov.br

Documento assinado digitalmente
HERBERT CORREA BARROS
Data: 15/03/2024 13:55:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



DESPACHO

PROCESSO LICITATÓRIO: 006/2024

PREGÃO ELETRÔNICO: 003/2024

OBJETO: Registro de preços para a contratação eventual e futura de empresa especializada na prestação de serviços de **Segurança não armada e brigadista de incêndio**, para atender conforme a (s) necessidade (s) da (s) secretaria (s) do Município de São José das Palmeiras – PR.

Diante do exposto no Processo Licitatório 006/2024 Pregão Eletrônico 003/2024, informo que acato o Parecer Jurídico, quanto aos Recursos Administrativos interpostos pela empresas: E.P.S Vigilância e Segurança Ltda e DVL Organizações de Eventos Ltda e Contrarrazões de Recursos apresentados pelas empresas: Cascavel Serviço de Segurança e Vigilância Ltda – ME e 3W Soluções e Serviços Ltda.

Encaminho ao Prefeito Municipal para a decisão final.

São José das Palmeiras, 15 de março de 2024.


CLAUDINEI FERREIRA
Pregoeiro



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



DESPACHO

PROCESSO LICITATÓRIO: 06/2024

PREGÃO ELETRÔNICO: 03/2024

OBJETO: Registro de preços para a contratação eventual e futura de empresa especializada na prestação de serviços de **Segurança não armada e brigadista de incêndio**, para atender conforme a (s) necessidade (s) da (s) secretaria (s) do Município de São José das Palmeiras – PR.

Consta Recursos administrativos e suas razões das empresas E.P.S Vigilância e Segurança Ltda e DVL Organizações de Eventos Ltda e Contrarrazões de Recursos apresentados pelas empresas Cascavel Serviço de Segurança e Vigilância Ltda – ME e 3W Soluções e Serviços Ltda; Consta Parecer Jurídico do senhor Procurador do Município e despacho do senhor Pregoeiro.

Assim, devidamente analisados os documentos que embasam os recursos e contrarrecursos e o teor, considerando as disposições legais estabelecidas pela norma de regência, Lei 14.133/2021, NÃO RECONHEÇO recurso administrativo interposto pela empresa E.P.S Vigilância e Segurança Ltda, RECONHEÇO o recurso administrativo interposto pela DVL Organizações de Eventos Ltda.

Comunica-se as partes interessadas.

São José das Palmeiras, 15 de março de 2024.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal.